

LÉSBICAS BRASILEIRAS:

SAÚDE, EDUCAÇÃO, TRABALHO,
FAMÍLIA, QUESTÃO LEGAL, POLÍTICA
E RELIGIOSA

REDE DE INFORMAÇÃO UM OUTRO OLHAR

SÃO PAULO, BRASIL

suas plataformas de campanha, ou do apoio a grupos organizados. De uma maneira geral, entretanto, os partidos políticos procuram evitar a abordagem desta questão espinhosa, principalmente considerando que as forças conservadoras da sociedade andam bem atuantes no momento.

A atuação política aberta de gays e lésbicas permanece restrita ao Partido dos Trabalhadores (PT), onde, por meio de um pequeno núcleo organizado, os ativistas homossexuais tentaram inserir a questão da livre orientação sexual no programa de governo de seu candidato à Presidência da República⁷

Até hoje, candidaturas de gays assumidos, a cargos políticos nunca deram certo. Em relação às lésbicas, também nunca se soube de alguma claramente assumida que sequer tentasse semelhante façanha. De fato, pesquisas, realizadas junto à opinião pública brasileira, revelaram que os eleitores não votariam em um candidato ou candidata homossexual nem aceitariam alguém, com esta orientação, em um cargo.

No momento, a deputada federal, pelo estado de São Paulo, Marta Suplicy (Partido dos Trabalhadores), eleita com muitos votos de gays e lésbicas, está analisando a possibilidade de tentar-se, novamente, inserir lei, contra discriminação por orientação sexual, na Constituição Brasileira, bem como criar dispositivo legal que possibilite a união civil de casais do mesmo sexo visando garantir direitos previdenciários e hereditários (pensão e herança).

CONCLUSÃO

Deste breve panorama sobre a situação das lésbicas brasileiras, pode-se depreender que o preconceito ainda afeta sobremaneira a vida de um contingente expressivo de mulheres do país, privando-as dos direitos mínimos de cidadania. Se bem que, em comparação a outros países latino-americanos, o Brasil possa ser considerado mais tolerante em relação à homossexualidade, visto, em si mesmo, a nação deixa muito a dever à sua fama de liberalidade nos costumes.

De fato, a única coisa que se altera, na situação das lésbicas de norte a sul, é a intensidade do preconceito, da marginalização e do isolamento. Nos grandes centros urbanos, há, pelo menos, espaços de lazer, como bares e boates, onde as lésbicas podem conhecer suas iguais e ter um pouco de socialização, ainda que muitos destes lugares sejam bastante discutíveis em termos de qualidade. Longe das grandes cidades, contudo, nem isso. Às lésbicas do interior do país só resta, muitas vezes, uma vida sem qualquer gratificação afetiva ou sexual quando não a violência⁸.

Para mudar este estado de coisas, em nosso entender, é de fundamental importância o fortalecimento dos grupos lésbicos, em nível regional, nacional e internacional, e uma maior articulação entre os mesmos através principalmente do aprimoramento de seus meios de comunicação. Só assim será possível atacar a discriminação, em suas muitas frentes, com a colaboração de outros setores progressistas da sociedade, como já começou a acontecer.

MÍRIAM MARTINHO

1 edição (julho de 1994)

2 edição revisada (março de 1995)

REDE DE INFORMAÇÃO LÉSBICA UM OUTRO OLHAR

CAIXA POSTAL 65092, SÃO PAULO, SP, BRASIL

01390-970

FONE/FAX: (011)284.5610

CORREIO ELETRÔNICO: outroolhar@ax. apc. org

Fontes consultadas: Artigos de periódicos brasileiros da hemeroteca da Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar; artigos das revistas Um Outro Olhar; "Para mudar as regras do jogo; A Ação da Cidadania das Mulheres", Moema Wiezer, Rede Mulher, 07/94.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A ORGANIZAÇÃO LÉSBICA NO BRASIL

A organização lésbica, no Brasil, se iniciou no final da década de 70 (1979), quando mulheres, passaram a participar do grupo Somos (primeira organização homossexual do país). Esta participação foi breve. Já no primeiro semestre de 1980, o grupo de mulheres conquista a autonomia com o nome de Grupo Lésbico-Feminista (LF), separando-se do Somos e passando a atuar mais junto ao Movimento Feminista. O LF, contudo, também não teve vida longa. No mesmo ano, enfrenta uma crise interna e se desestrutura, resistindo apenas até meados de 1981.

Remanescentes do LF⁹, fundam, em outubro de 1981, o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) que, durante praticamente toda a década de 1980, levará sozinho a luta pelos direitos humanos das lésbicas no Brasil. O GALF vai dividir uma sede, por 3 anos, com um grupo gay intitulado Outra Coisa - Grupo de Ação Homossexualista. Posteriormente, em 1984, tentará dividir uma sede com o Centro de Informação Mulher (CIM) que acaba por expulsá-lo. A partir de 1985, o GALF passa a reunir-se na casa de uma de suas integrantes e assim permanece até seu final em 1990.

Durante seus anos de existência, o GALF editou 12 edições do boletim Chanacomchana, participou de e/ou organizou reuniões, encontros e debates com os movimentos feminista e homossexual e com intelectuais como Dacia Maraini e Félix Guattari. Participou da campanha vitoriosa para retirada do código 302.0¹⁰ da Classificação Internacional de Doenças que classificava a homossexualidade como transtorno e desvio sexual e de encontros lésbicos internacionais como a VIII Conferência do Serviço Internacional de Informação Lésbica, em Genebra, e do I Encontro de Lésbicas Feministas Latino-americanas e Caribenhas, no México. Por meio da atuação de uma de suas ativistas, Rosely Roth, em programas de rádio e TV, em nível nacional, transmitiu, pela primeira vez, uma imagem positiva das lésbicas. Pioneiro em tudo que realizou, o GALF encerrou seu ciclo de vida com um currículo de brilho e coragem insuperáveis até hoje.

Em 1990, em um novo ciclo de ativismo, integrantes¹¹ do extinto GALF fundam a Rede de Informação Um Outro Olhar que vai focar seu trabalho na coleta e veiculação de informações, sobre lesbianidade, homossexualidade, em geral, e feminismo, como instrumentos de conscientização lésbica e de conquista de nossa cidadania. (Ver folder em anexo sobre o trabalho da Rede).

A partir de 1990, também surgem outros grupos lésbicos no Brasil, principalmente em São Paulo. Abaixo, listamos seus nomes e publicações.

Afins (Santos; publica revista Femme)

Coletivo de Feministas Lésbicas (São Paulo)

Deusa Terra (São Paulo; publica boletim Deusa Terra)

Estação Mulher (São Paulo; publica boletim Gem)

Grupo Lésbico da Bahia (Salvador)

Vale salientar que o campo de ação destes grupos se divide entre o movimento de mulheres, o movimento gay e lésbico nacional e o movimento lésbico internacional. Ativistas lésbicas de grupos mistos, como o Dignidade (Paraná) e o Estruturação (Brasília), também começam a despontar. A partir de janeiro deste ano, passaram a integrar, com integrantes da Rede de Informação Um Outro Olhar, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (31/01/95).

Notas

¹. Empresas só aceitam homossexual que "não dá bandeira" na entrevista; Folha de São Paulo, 19/01/92.

². Granado, Luiza. Vivenciando nossa Lesbianidade: Saúde Mental e Ginecológica. Um Outro Olhar 21, São Paulo, ano 8, janeiro-março 1994, pag. 21.

3. Roth, Rosely. Homossexualidade nas Leis. ChanacomChana 10, São Paulo, pág. 8, junho-setembro de 1986.
4. Manifestação Gay reprimida por estudantes; Folha de São Paulo, 13/01/94. Intercâmbio "devolve" americana; Folha de São Paulo, 08/05/94.
5. Sem Ética, programas de religião vendem a salvação como produto; Folha de São Paulo, 13/07/93.
6. Como, por exemplo, o projeto de lei do vereador Ítalo Cardoso, do PT-SP, que propõem a divulgação de todos os imóveis ofertados aos prováveis usuários independentemente de raça, sexo, estado civil, cor, idade, aparência e orientação sexual.
7. Embora, em 12/04/94, Lula declarasse à Igreja (como consta do artigo "Lula se reúne com presidente da CNBB e diz que reconhecimento dos direitos de homossexuais também não será tratado; FSP) que não iria defender os direitos previdenciários de casais de gays e lésbicas, integrantes do Grupo de Gays e Lésbicas do PT enviaram circular, em 21/05/94, onde declaravam que, em encontro nacional do partido, incluiu-se sim os direitos homossexuais no programa de governo do partido.
8. Martinho Rodrigues, Míriam. Histórias de Heterror. Um Outro Olhar 19-20, ano 7, abril-agosto de 1993, São Paulo.
9. Míriam Martinho e Rosely Roth.
10. A 9 de fevereiro de 1985, a homossexualidade deixou de ser enquadrada, em nosso país, como desvio e transtorno sexual, decisão esta homologada mundialmente no dia 1 de janeiro de 1993.
11. Luiza Granado e Míriam Martinho.